

EM SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

# RGA E CONTAS DE MAURO MENDES EM 2023 DEVEM SER VOTADAS NESTA TERÇA-FEIRA

A RGA deve ser de 4,83%, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

RD NEWS

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) marcou sessões extraordinárias, nesta terça-feira, 21, às 10h, 14h e 15h. Na pauta, está a Revisão Geral Anual (RGA) dos servidores públicos estaduais e as contas do Governo Mauro Mendes (União Brasil) no exercício 2023.

A RGA deve ser de 4,83%, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) que foi divulgado no dia 10 de janeiro pelo IBGE. Apesar dos esforços de deputados estaduais para que o Governo do Estado apresentasse proposta que represente ganho real ao funciona-

lismo, o Palácio Paiaguás sinalizou implementar apenas o índice oficial da inflação. Caso seja aprovada amanhã, a RGA já entra na folha salarial de janeiro. O Executivo faz o fechamento no dia 25 de cada mês.

O deputado estadual Lúdio Cabral (PT) encami-

nhou ofício ao governador Mauro Mendes, solicitando percentual de 7,65% para a revisão salarial: 4,83% referente ao IPCA do ano passado, acrescido de 2,82% para compensar as perdas inflacionárias não pagas nos últimos anos. No ofício, destaca a necessidade de corrigir as perdas inflacionárias acumuladas entre 2018 e 2021, que impactaram diretamente no salário dos servidores.

Já a deputada estadual Janaina Riva (MDB), negou que a defesa de RGA 'justa', para os servidores seja populismo.

"Durante dois anos os servidores não receberam a RGA e, não recebendo essa recomposição inflacionária, o salário do ser-

**DURANTE DOIS ANOS OS SERVIDORES NÃO RECEBERAM A RGA**



FOTO: DIVULGAÇÃO

SESSÕES SERÃO NESTA TERÇA, DIA 21, ÀS 10H, 14H E 15H

vidor hoje está defasado em mais de 20% daquilo que veio em formato de inflação e não foi corrigido. Isso quer dizer que o serviço comprado pelo servidor, seja da escola do filho, seja do remédio, seja da manutenção do seu veículo, do plano de saúde, tudo isso foi corrigido, mas o seu salário

não foi corrigido", pontuou.

O presidente da ALMT Eduardo Botelho (União), descartou a possibilidade da RGA ultrapassar 4,83%, assim como havia antecipado o governador. Afirma que será levado em conta o IPCA, sem margem para barganha ou pressão do Poder Legislativo.

FOTO: DIVULGAÇÃO

TRÊS CANDIDATOS

## Câmara convoca aprovados no concurso público de 2024

A PROVA que classificou os candidatos foi aplicada no dia 13 de outubro

LARISSA GRELLA / ASCOM - CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara Municipal de Tangará da Serra realizou nesta segunda-feira, dia 20, a convocação de três candidatos aprovados no concurso público Nº 01/2024, para o provimento dos cargos de Assistente de Imprensa, cujo aprovado foi Faynyston Crysthan Farias Missio e para duas vagas de Auxiliar de Departamento em que foram selecionados Marcia Lopes Martins e Claudio Rodrigues Alves.

Ambas as funções possuem jornada de trabalho de 40 horas semanais. A prova que classificou os candidatos foi aplicada no dia 13 de outubro na Escola Estadual 13 de Maio, continha 50 questões de múltipla escolha

sendo composta por 10 questões de Português, 10 questões de Legislação Institucional, cinco questões de Informática Básica e 25 questões de Conhecimentos Específicos. A convocação já foi publicada no Diário Oficial do Município (DOM) na edição de segunda-fei-

ra, 20, com a nomeação dos aprovados que conforme o edital de convocação devem apresentar os documentos na sede do Poder Legislativo, setor de Recursos Humanos (RH), localizada na Rua Júlio Martinez Benevides nº 195 - S, Centro, no horário expediente das 7h às 11h e das 13h às 17h. No ato da entrega, deverá constar as originais e cópias dos exames e de documentos de identificação.

Se o candidato não comparecer na data estipulada, não apresentar a documentação exigida ou for declarado inapto para exercer o cargo a que foi aprovado, mediante atestado médico, será desclassificado, podendo haver a convocação do próximo candidato aprovado, obedecida a ordem de classificação.

**DEVEM APRESENTAR OS DOCUMENTOS NA SEDE DO PODER LEGISLATIVO, SETOR DE RECURSOS HUMANOS**

SÃO TRÊS AS VAGAS